



TRE DF/Divulgação



## A cúpula da igreja e o poder do DF

Na cerimônia de diplomação na noite de segunda-feira, o presidente do TRE-DF, Roberval Belinati, que é católico atuante, conseguiu reunir políticos e religiosos. Da Igreja, contou com a presença do arcebispo de Brasília, Dom Paulo César Costa, o arcebispo Militar do Brasil, Dom Marcony Vinícius Ferreira, e o frei Rogério Soares, pároco da Paróquia Sagrado Coração de Jesus e

Nossa Senhora das Mercês, que Belinati frequenta. Da política, recebeu a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, que foi acompanhar a diplomação da amiga Damara Alves (Republicanos), eleita senadora, e da vice-governadora eleita Celina Leão (PP). O presidente do TRE-DF estava acompanhado da esposa, Rosângela Belinati, e do filho Roberval José Resende Belinati.

### Belinati: "Foi a melhor diplomação do TRE-DF"

Para alguns, a diplomação com tantos discursos polarizados fugiu um pouco do tom da formalidade. Mas o presidente do TRE-DF, Roberval Belinati, adorou. Disse que recebeu muitas mensagens e manifestações parabenizando a iniciativa de abrir os discursos. "Foi a festa da democracia. Gostei muito de ver o público se manifestando a favor de seus candidatos e os políticos defendendo suas posições", disse Belinati. A solenidade contou com mais de duas mil pessoas. "Foi a melhor festa de diplomação promovida pelo TRE-DF", acredita.

Material cedido ao Correio



### Bolsonaro, aqui não

Moradores do Jardim Botânico instalaram ontem um outdoor de repúdio pela mudança do presidente Jair Bolsonaro para o condomínio Ville de Montagne. A iniciativa partiu de quem está insatisfeito com a possibilidade de ter o futuro ex-presidente como vizinho a partir de 1º de janeiro. A casa foi alugada pelo PL, partido de Bolsonaro, no loteamento que tem também como morador o ministro de Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres. O problema, para alguns, é que a presença de Bolsonaro certamente atrairá um movimento político e poderá fomentar a polarização de vizinhos. O outdoor foi instalado entre o balão do condomínio Solar de Brasília e o Ville de Montagne, na direção de quem segue para a ponte JK.

### Desfilando com carros antigos

Aficionado por carros antigos, o deputado federal reeleito Túlio Gadelha (Rede-PE) vai usar uma Parati 1997 nesta legislatura. O veículo, apenas 10 anos mais novo que o motorista, pertence a Léo Bijos, integrante do PDT. Os dois são amigos e dividem a mesma paixão por automóveis de outras gerações. Neste mandato, Bijos cedeu para Túlio o seu Corcel 1975.



Minervino Júnior/CB/D.A.Press



### Difícil esquecer

Em seu último pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados, Paula Belmonte (Cidadania-DF) fez um balanço dos quatro anos de mandato. Ela elencou ações e recursos destinados, mas não perdeu a oportunidade de voltar a falar sobre o imbróglio da federação PSDB-Cidadania. Sem citar o nome de Izalci Lucas, a deputada denunciou novamente as intervenções no diretório e a suposta falsificação de atas de reunião. "O autor desse crime, infelizmente, é um senador da República do PSDB, aqui do Distrito Federal", disse. Paula contou que foi impedida de sair como candidata a um cargo majoritário. Teve 25 dias para organizar a campanha para deputada distrital e, mesmo assim, acabou sendo a única eleita pela federação no DF em 2022.



### À QUEIMA-ROUPA AGACIEL MAIA (PL), futuro secretário de Relações Institucionais do DF

Ed Alves/CB/D.A.Press



"A perda do Fundo Constitucional do DF representaria a falência do GDF e um caos na capital difícil de se imaginar"

### O que acontece se o Distrito Federal perder o Fundo Constitucional do DF?

Como economista e especialista em orçamento público e tendo sido relator geral nos últimos anos do projeto de lei orçamentária do DF, afirmo que a perda do Fundo Constitucional do DF representaria a falência do GDF e um caos na capital difícil de se imaginar.

### O senador Randolfe Rodrigues, ao propor a extinção do Fundo Constitucional, disse que o orçamento do DF é "folgado", enquanto outras unidades da federação enfrentam dificuldades. Concorda?

Não. Estive presente no plenário e ajudei na aprovação do Fundo Constitucional do DF ocorrido no dia 27/12/2002, há 20 anos. A estrutura organizacional, orçamentária e financeira do GDF é toda montada com o Fundo Constitucional. Esse fundo é o alicerce de toda a estrutura de governo. Não existe folga em nossa lei orçamentária. O Fundo Constitucional é imprescindível para o funcionamento do GDF.

### Por que esse tema, volta e meia, aparece?

Por desinformação. A estrutura e complexidade do DF é singular. Começa pelo fato de abrigar mais de uma centena de representações diplomáticas acrescido a constante permanência das altas autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Por isso, a diferença das demais unidades da federação.

### Acha que o DF corre risco de perder ou ver o Fundo Constitucional reduzido?

Não. Sempre no início de novas legislaturas e tendo em vista a falta de informação sobre a necessidade do Fundo Constitucional para o DF, os novos parlamentares, ou seja, parlamentares de outros estados, sempre levantam essa tese de extinção ou redução do fundo. Que depois de explicada se dissipa. Portanto, isso não ocorrerá. Os congressistas, quando esclarecidos, tiram essa ideia da cabeça.

### Qual vai ser a sua atribuição como secretário de Relações Institucionais do governo Ibaneis?

As atribuições definidas na legislação que são: coordenação das relações institucionais com os demais Poderes do Distrito Federal e com os Poderes da República e dos Governos Estaduais e Municipais; articulação com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, inclusive acompanhamento do Processo Legislativo; articulação com os demais entes da Federação, inclusive o Congresso Nacional; relações com a Sociedade Civil; relações com entidades sindicais, categorias profissionais, movimentos sociais e do terceiro setor. Precisamos também buscar recursos para projetos específicos definidos pelo GDF. Já temos vários propostos pela nova equipe de transição para os próximos 4 anos.

### Qual é o principal desafio do segundo mandato de Ibaneis?

O principal desafio é continuar aperfeiçoando as políticas públicas em especial a de saúde.

### Você teve mais votos que seis deputados que se elegeram. Apostou no partido errado?

Teria sido eleito em outro partido. Mas, a regra é essa. A política também é um jogo. Nem sempre o que faz mais é o que vence.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**GESTÃO /** Senador Randolfe Rodrigues apresenta proposta para extinguir repasses de recursos federais que custeiam forças de segurança e auxiliam nas despesas das áreas de saúde e educação no DF. Com reação negativa, o parlamentar recua para "reavaliação"

# De olho no Fundo Constitucional

» ANA MARIA CAMPOS

Cobiçado por políticos de todo o país, o Fundo Constitucional do Distrito Federal volta e meia aparece na mira de alguma medida para extinção ou pelo menos redução. A verba que em 2023 chegará a R\$ 22,9 bilhões entrou no foco do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) que apresentou uma proposta de emenda constitucional (PEC) decretando a distribuição dos recursos para todas as unidades da Federação, exclusivamente para as áreas de saúde e educação, de acordo com critérios do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

A reação dos políticos do Distrito Federal foi gigante. A senadora Leila Barros (PDT-DF) conversou com Randolfe, mostrando a gravidade da questão. O deputado distrital Chico Vigilante (PT) gravou um pronunciamento nas redes sociais em que considerou a proposta "criminoso, insana e inaceitável". Chegou a dizer que romperia com o PT se o partido abraçar a causa.

A proposta não é inédita, mas chamou a atenção neste momento em que o Congresso discute remanejamento de recursos para ações sociais e especialmente

por ter partido de Randolfe, que fala com a autoridade de quem foi um dos coordenadores da campanha do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas Randolfe recuou. A assessoria do senador disse que ele retirou a PEC da tramitação para reavaliação. Contava até ontem com quatro assinaturas. Para andar na Casa, uma proposta de emenda constitucional depende de 27 assinaturas.

A obrigação federal de manter financeiramente as forças de segurança do DF está prevista na Constituição de 1988 e o Fundo Constitucional foi aprovado como lei no fim do governo de Fernando Henrique Cardoso, em dezembro de 2002. Foi uma luta dos políticos do DF, especialmente o então governador do DF, Joaquim Roriz.

O então deputado federal Pedro Celso (PT) foi o relator do projeto de lei. Uma emenda do então deputado Geraldo Magela (PT) estabeleceu que a correção do valor do fundo se dá pela variação da receita corrente líquida do governo federal. "Isso faz com que a correção quase sempre seja maior do que a inflação do ano", afirma Magela.

Para Magela, a PEC foi um erro. "O senador Randolfe errou ao apresentar proposta para revogar

Geraldo Magela/Agência Senado



Randolfe Rodrigues propôs PEC que retira o Fundo Constitucional

o fundo. E fez isso sem consultar ninguém do DF", diz o petista, que coordenou a campanha de Lula no Distrito Federal.

Antes da lei, cada repasse do governo federal para a capital do país exigia uma árdua negociação política e dependia da

boa relação entre a Presidência da República e o Palácio do Buriti.

Hoje o Fundo Constitucional é mais do que nunca essencial. O governo do Distrito Federal não tem condições de manter, com arrecadação própria, as áreas

### O Fundo Constitucional do DF para 2023

Segurança Pública	R\$ 10.196.975.688,00
Saúde	R\$ 7.144.401.762,00
Educação	R\$ 5.630.274.890,00
Total	R\$ 22.971.652.340,00

de saúde, segurança e educação sem os repasses federais.

O Fundo Constitucional representa 40% do orçamento total do DF. São R\$ 34,4 bilhões de arrecadação própria e R\$ 22,9 bilhões do Fundo Constitucional, num total de R\$ 57,3 bilhões, segundo o orçamento de 2023.

Na justificativa, Randolfe apresentou seu ponto de vista: "Não se desconhece a relevância do FCDF. Contudo, concebe-se que ele teve sua importância histórica nos primórdios da redemocratização do país, em que foi necessário o fortalecimento do aparato estatal no Distrito Federal, escolhido como o locus para a capital do país e seus intrínsecos efeitos econômicos. Mais de 30 anos depois da previsão constitucional do fundo e passados 20 anos de sua instituição legal, inclusive para setores não inicialmente previstos pelo legislador constituinte, entende-se que ele

cumpriu o seu papel de fortalecer a prestação de serviços públicos no Distrito Federal, que é hoje uma das unidades da Federação com maior renda per capita e com maior IDH, além de menores índices de criminalidades".

Randolfe ressalta que o DF mantém um orçamento "folgado", enquanto outros estados "se apertam ao extremo para garantir o fechamento das contas públicas".

Para Chico Vigilante, a proposta inviabiliza as contas da capital do país. Pelas redes sociais, Vigilante disse: "Você tem noção exata, senador Randolfe Rodrigues, do mal que você quer causar à população do Distrito Federal? Essa proposta de emenda à Constituição, senador Randolfe, é um crime contra mais de três milhões de moradores da capital da República. É inaceitável essa sua proposta, senador Randolfe Rodrigues".